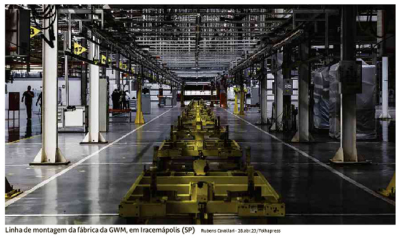
FOLHA DE S.PAULO
★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado em 28/01/2024 - 05:59

Projetos do governo abrem brecha para inchar BNDES



Linha de montagem da fábrica da GWM, em Iracemápolis (SP) Rubens Cavallari - 28.abr.23/Folhapress

Projetos do governo abrem caminho para inchar BNDES

Para economistas, mudanças em taxas e origem de recursos sinalizam riscos

Alexa Salomão

SÃO PAULO A pressão para mostrar que o governo está tirando do papel novos projetos para gerar crescimento, associada à restrição fiscal do Executivo, pode resuscitar alternativas financeiras criativas para inchar o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) nos moldes em que se viu no passado.

Essa é a percepção de economistas que acompanham a instituição e a trajetória da política pública. O plano da NIB (Nova Indústria Brasil) reforçou essa leitura.

O BNDES vai gerenciar R$ 250 bilhões em projetos focados em produtividade, inovação, digitalização e descarbonização na indústria nacional. Boa parte de recursos vem de fundos, e isso prevê um subsídio e repasses não reembolsáveis (sem expectativa de retorno) em parcela das liberações.

O diretor de Planejamento e Estruturação de Projetos do banco, economista Nelson Barbosa, que estava nos governos anteriores de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, ambos do PT, afirma que não existe "volta ao passado".

"Na NIB, por exemplo, 64% dos recursos são financiamentos com taxa de mercado", afirma Barbosa (leia a íntegra da entrevista na pág. A16).

Entre os sinais que já chamam a atenção e denotam a volta de riscos, na avaliação de economistas e acadêmicos, estão as mudanças em taxas de financiamento e fontes de recursos.

Nos últimos seis anos, o BNDES vinha trabalhando com a TLP (Taxa de Longo Prazo), que é de mercado, sem subsídio. Com a mudança de governo, começaram as flexibilizações.

Um exemplo é a proposta do projeto de lei 6.235. Além da TLP original, prevê taxas prefixadas, de três ou cinco anos, e também amplia o uso da Selic.

O texto ainda abre caminho para que o CMN (Conselho Monetário Nacional) altere a metodologia de cálculo das taxas prefixadas.

O banco argumenta que não há risco de perdas para o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), fonte de financiamentos, e que a mudança vai favorecer o tomador.

"O FAT vai receber a mesma remuneração, mas vai haver um benefício para o cliente", afirma o diretor Financeiro e de Crédito Digital para MPMEs (Micro, Pequenas e Médias Empresas) do BNDES, Alexandre Abreu.

"Depósitos especiais ou disponibilidade já são remunerados pela Selic, mas é preciso fazer um hedge [proteção], o que eleva o custo final em 0,2%. Com a mudança, o custo vai cair", diz Abreu. (Leia ao lado a lista de medidas consideradas arriscadas).

O economista Marcos Mendes, pesquisador associado do Insper e colunista da Folha, prefere cautela em relação às alterações que estão em curso no banco.

"O argumento que a gente já está ouvindo é que os valores dos subsídios são baixos, mas políticas equivocadas começaram de pouquinho, mas depois engordam", afirma.

A principal fonte de preocupação, que todos monitoram e não deu sinal de problemas, é a relação com o Tesouro Nacional.

Os governos anteriores do PT emitiram títulos a taxa de mercado, transferiram para o banco público, que emprestava a uma taxa menor que a captada. De 2008 a 2014, essas transferências geraram um passivo avaliado em R$ 372 bilhões (em valores de 2016, quando iniciaram as negociações para a devolução).

"É um dinheiro muito grande para o alegado baixo que ficou. Não houve aumento da produtividade no Brasil", afirma o economista Pedro Cavalcanti Ferreira, que tem interesse produção acadêmica nas áreas de desenvolvimento e crescimento.

Ferreira relembra que a chamada política de "campeões nacionais" do BNDES, que elegeu setores e até empresas para receber o grosso dos recursos, gerou inúmeras distorções.

Ficou demonstrado, por exemplo, que a indústria naval não se sustenta sem subsídio. Quando perdeu, fechou. As empresas de carne não precisavam do dinheiro, e o BNDES ajudou a criar oligopólio. Grupos brasileiros globais, após a emissões, preferiram os financiamentos baratos do banco público.

"O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, disse que, apesar de políticas das campeões nacionais não ter dado certo, o banco não deu prejuízo, mas não é verdade que não houve prejuízo. O dinheiro usado veio de impostos, Tesouro e FAT. Toda a sociedade brasileira pagou por isso e perdeu", diz Ferreira.

O que reforça a desconfiança no destino do BNDES é o comportamento do próprio governo do PT, que tem sinalizado ímpeto intervencionista, avalia a economista Cristina Schmidt, consultora e professora da FGV (Fundação Getulio Vargas).

Schmidt lista. O governo pressionou por uma cadeira na Vale, uma empresa de mercado, para o ex-ministro Guido Mantega. Atua para ter voz de comando na Eletrobras, que foi privatizada. Com a Petrobras, retoma as obras da refinaria Abreu e Lima, símbolo de dinheiro mal gasto e corrupção.

"Não é segredo para ninguém: governo do PT acredita que o Estado resolve o problema do setor privado melhor até que o próprio setor privado, e até hoje não apresentou uma avaliação de custo-benefício das políticas intervencionistas que adotou no passado, deram errado e nos levaram a uma das maiores recessões da história", afirma ela.

"É nítido que já estão inchando o BNDES, e há risco de agente entrar no 'recordar é viver' de políticas públicas que deram errado."

O diretor de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior do BNDES, José Luiz Gordon, avalia que a instituição tem sido vítima de análises precipitadas. Cita como exemplo a redução de spreads (diferença da taxa de captação do banco com a de concessão do financiamento), por decisão comercial, que foi, erroneamente, interpretada como redução de juros, como ocorreu com a linha de exportação com o Fundo da Marinha Mercante.

"A redução de spread da linha de embarques, em um ano, superou o resultado dos últimos quatro anos somados, e elevou a diversificação, beneficiando a exportação de setores como saúde, máquinas e equipamentos, ônibus", afirma Gordon.

"Na linha naval, é o mesmo. Redução de spread, não dos juros, para um setor que está sofrendo uma pressão internacional gigante, sujeito a multas se não adotar combustível sustentável, o que vai encarecer a operação."

> O argumento que a gente já está ouvindo é que os valores dos subsídios são baixos, mas políticas equivocadas começaram de pouquinho, mas depois engordam
>
> **Marcos Mendes**
> pesquisador associado do Insper e colunista da **Folha**

Fluxo do Novo Indústria Brasil

Emissão de títulos mostra qual é a direção que o governo pretende para os R$ 500 bilhões do plano

	Recursos, em R$ bilhões	De onde vem	Para onde vai
Financiamentos com taxas da mercado	193	FAT* e captações do BNDES	Exportações e projetos que promovam produtividade
Financiamentos com subsídio financeiro do BNDES	28	FAT, Fust, Funtel e Fundo Clima*	Projetos voltados a inovação, digitalização e descarbonização
Financiamentos com subsídio financeiro do Finep	20	FNDCT*	Inovação
Fundo perdido pelo Finep	10	FNDTT*	Inovação
Fundos de investimento de renda variável	8	Recursos BNDES e investidores privados	Fundos de ações dedicados a inovação e descarbonização
Fundo perdido pelo BNDES	1	FNDTT*	Inovação

*FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), Fust (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações), Funtel (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações), FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e FNDTT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico)

Fonte: BNDES

5 medidas consideradas arriscadas

ALTERAÇÕES NOS INDEXADORES DOS EMPRÉSTIMOS DO BNDES, PREVISTAS NO PL 6.235

Medidas
- Além da TLP (Taxa de Longo Prazo) original, será possível aplicar taxas prefixadas, de três ou cinco anos, e também utilizar a Selic
- O texto ainda abre caminho para que o CMN altere a metodologia de cálculo das taxas prefixadas

Problemas apontados
- Há risco de descasamento entre a remuneração que o BNDES paga ao FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e o custo de financiamento do Tesouro. O FAT faz parte das contas do Tesouro
- Críticos dizem que financiamento com Selic pressupõe subsídio, já que a taxa não é usada no mercado
- A lei permite alteração na estrutura de cálculo das taxas pelo CMN, o que pode afetar a credibilidade dos indexadores

Contraponto do BNDES
- O BNDES não vai emprestar a várias taxas e remunerar o FAT somente por uma taxa. O banco busca mais flexibilidade para adequar a taxa de captação à taxa de empréstimo
- Se o cliente quiser taxa fixa, o BNDES remunerará o FAT a taxa fixa, e se o cliente quiser Selic, remunerará o FAT à Selic

APLICAÇÃO DA TR

Medida
- Está autorizado o uso em até R$ 5 bilhões por ano de financiamentos voltados a projetos de inovação, com a possibilidade de o CMN aumentar o valor sujeito a financiamento

Problemas apontados
- Tem subsídio, com transferência de risco para o FAT, e falta de clareza sobre o que seja "inovação"

Contraponto do BNDES
- É um subsídio implícito aprovado pelo Congresso em 2023 com o limite de até 15% do estoque do FAT. O limite pode ser ampliado pelo CMN, mas o BNDES não está pleiteando aumento
- Os critérios que definem o que é inovação estão em resolução do CMN
- Há limite por operação e tomador, e o program a incluirá prestação de contas e cálculo de custo e benefício

CRIAÇÃO DA LCD

Medidas
- A LCD (Letra de Crédito de Desenvolvimento) vai permitir que BNDES vá à mercado captar R$ 10 bilhões por ano

Problemas apontados
- O CMN pode autorizar aumento do valor das emissões, transformando o BNDES em concorrente do Tesouro ou de instituições privadas, elevando os juros de mercado
- O pool de poupança para ser emprestado não muda. Se entra um novo produto, com vantagens (isenção fiscal) para roubar clientes dos outros tomadores, o crédito fica mais caro para os demais
- A LCD concederá isenção tributária, que, segundo a exposição de motivos do PL, custará quase R$ 1 bilhão em 2025. É dinheiro que deixa de entrar no Tesouro

Contraponto do BNDES
- A LCD é uma proposta para dar ao BNDES fontes próprias de recursos e depender menos do FAT e outros fundos, operando como Caixa e BB. Não tem subsídio
- O que for captado será emprestado usando a taxa de captação como referência. A emissão pode ser de até R$ 10 bilhões por ano

FINANCIAMENTO DO FUNDO CLIMA

Medidas
- Gerido pelo BNDES, mas com emissões do Tesouro por meio dos chamados green bonds (títulos verdes)

Problemas apontados
- Não tem limite e é mantido pelo Tesouro
- Fundo Clima faz empréstimos com taxas subsidiadas, por volta de 6% ao ano
- Tesouro tem a recursos no mercado, a taxas mais altas, e coloca o dinheiro no Fundo Clima, que fará empréstimo subsidiado

Contraponto do BNDES
- É um fundo temporário, com finalidade específica e tem limite anual
- Toda emissão do Tesouro é prevista na LOA (Lei do Orçamento Anual), e a sua alocação também
- Em 2023, o Tesouro tinha espaço autorizado pelo Congresso para emitir títulos internacionais e arrecadou US$ 2 bilhões como "sustainable bonds"
- A LOA de 2024 autorizou a alocação no Fundo Clima. Se o governo quiser aumentar, o Congresso precisará aprovar
- A proposta do Ministério da Fazenda é que o fundo remunere o Tesouro a 6,15% ao ano, que foi a taxa média de captação no primeiro semestre de 2023. As empresas poderão acessar os recursos por essa taxa mais um spread. A estimativa é de uma taxa de até 10% ao ano

CRIAÇÃO DO FNDIT (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E TECNOLÓGICO)

Medidas
- Previsto na MP 1.205/2023, que institui o programa automotivo Mover
- O fundo receberá recursos de empresas do setor, será gerido pelo BNDES e vinculado ao Conselho Gestor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

Problemas apontados
- Transferência indireta de recursos do Tesouro para o BNDES
- Pela proposta, a indústria automotiva que receber, dentro do Mover, benefício tributário e não quiser investir em ciência e tecnologia, deve fazer contribuições para o fundo, o que fura o Orçamento e dribla a Lei de Responsabilidade Fiscal
- Há a possibilidade de o fundo receber recursos de "outras fontes", que tanto pode ser o Tesouro, ou alguma forma "criativa", como o Tesouro empresar para uma escola, e ela depositar no fundo
- Em geral, fundo privado é forma de driblar o Orçamento, o que pesa na dívida pública

Contraponto do BNDES
- É um fundo financeiro, não fiscal, e sua sistemática já é utilizada em outros programas, não apenas para empresas automotivas, mas em setores como informática, energia, petróleo e telecomunicações

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado **Caderno:** A **Pagina:** 15

Copyright © Clipclap 2025.